

## CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE: UMA ANÁLISE ENTRE O RURAL E O URBANO<sup>14</sup>

Dimas de Oliveira Estevam<sup>15</sup>

Tiago Pereira Jorge<sup>16</sup>

Giovana Ilka Jacinto Salvaro<sup>17</sup>

**Resumo:** O presente artigo discute características socioeconômicas dos municípios da AMESC (Associação dos Municípios da Região do Extremo Sul Catarinense) com enfoque nos aspectos rurais e urbanos, a fim de identificar possíveis predominâncias. Para isso, apresenta-se a discussão teórica que procura caracterizar o rural e o urbano, na atualidade, em diferentes perspectivas. O artigo tem como objetivo analisar se a AMESC se caracteriza como uma Região rural e/ou urbana. A metodologia utilizada foi a descritiva documental baseada em dados estatísticos disponíveis nas seguintes bases: IBGE, IPEADATA, SIDRA e relatórios do movimento econômico da AMESC. Os resultados da pesquisa sobre aspectos sociais, baseadas no grau de instrução e média de idade sinalizam que os mesmos estão abaixo dos apresentados pelos dados estaduais e nacionais. Em relação aos aspectos econômicos, os números contidos no valor adicionado, demonstram a forte dependência econômica do setor primário (agropecuário) em comparação aos demais setores da economia (indústria e comércio), tendo nas culturas do arroz, fumo e aves. Conclui-se, com base nas informações coletadas, tanto no aspecto social quanto no econômico que a região da AMESC, os aspectos predominantes são os rurais.

**Palavras-chaves:** Rural, Urbano, Desenvolvimento regional. AMESC.

## SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS OF THE SOUTHERN END OF SANTA CATARINA REGION: AN ANALYSIS BETWEEN RURAL AND URBAN

**Abstract:** This article discusses socioeconomic characteristics of the municipalities of AMESC (Association of Municipalities of Far South Region Santa Catarina) with a focus on rural and urban aspects in order to identify possible predominance. For this, we present the theoretical discussion that will characterize the rural and the urban, today, in different perspectives. The article aims to analyze the AMESC is characterized as a rural and / or urban region. The methodology used was the documentary descriptive based on available statistical data on the following basis: IBGE, IPEADATA, CIDER and reports from AMESC of economic movement. The results of research on social aspects, based on education level and average time indicate that they are below submitted by state and national data. With regard to economic aspects, the numbers contained in the value added, demonstrate the strong

<sup>14</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VII Encontro de Economia Catarinense, realizado em 2013.

<sup>15</sup> Professor de graduação do curso de ciências econômicas e do programa de pós graduação em desenvolvimento socioeconômico ambos da UNESC. Email: doe@unesc.net

<sup>16</sup> Graduado em ciências econômicas pela UNESC. Email: tiagojorge.sjs@hotmail.com

<sup>17</sup> Professora de graduação do curso de ciências econômicas e do programa de pós graduação em desenvolvimento socioeconômico ambos da UNESC. Email: giovanailka@gmail.com

economic dependence on the primary sector (agriculture) compared to the other sectors of the economy (industry and trade) and in rice crops, tobacco and birds. We conclude, based on the information collected, in both social and in the economic region of AMESC, the main features are rural.

**Keywords:** Rural, Urban, Regional Development. AMESC

## **INTRODUÇÃO**

Na atualidade, muito se tem questionado acerca das definições sobre a divisão entre os espaços rurais e urbanos. E, conseqüentemente, as características delimitadoras, tanto nos aspectos sociais quanto no econômico. O objeto de estudo deste artigo é analisar se a AMESC (Associação dos Municípios da Região do Extremo Sul Catarinense) caracteriza-se como uma região rural e/ou urbana. Se no país as divergências sobre as definições são inúmeras, na região essa questão é ainda mais acentuada, pois inexistem estudos voltados sobre esta questão.

A AMESC é constituída por municípios com baixa densidade populacional se comparada a outras regiões do Estado e do país, contudo são raros os estudos retratando as questões sociais e econômicas da Região. A AMESC localiza-se no Extremo Sul Catarinense e é composta por quinze municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva documental e bibliográfica. As bases de dados utilizadas foram coletadas, por meio eletrônico nas seguintes fontes: IPEADATA, IBGE, SIDRA e IBGE cidades. Outra base, usada foram os relatórios do movimento econômico da AMESC. Na análise das informações, foram utilizadas abordagens quantitativa e qualitativa

Além desta introdução, o artigo está estruturado conforme segue: discussão sobre aspectos rurais e urbanos em diferentes visões; apresentação das informações levantadas sobre as características gerais da região da AMESC e; considerações finais.

### **1. RURAL E URBANO EM DIFERENTES VISÕES**

Os estudos para delimitar o que se entende por rural e/ou urbano, na atualidade, são

controversos. Para Biazzo (2008), o “rural” e o “urbano” são vocábulos que adquirem significados variados, conforme são encarados em suas múltiplas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental e social. Para diferenciar e denominar espaços (rural e urbano), é imprescindível se ter um bom entendimento do que forma o espaço. De acordo com a definição de Milton Santos (1998), o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade.

Embora o espaço se transforme, corriqueiramente com o efeito da globalização, qualquer localidade acaba por interagir com outra, neste sentido, determinada localidade pode mudar constantemente suas características por consequência desta interação (BLUME, 2004). Deste modo, mesmo que se defina o que se entende por rural e urbano, esses espaços irão interagir. Como resultado, desta interação, em alguns momentos, o rural pode conter características pertencentes ao espaço urbano e este pode conter características pertencentes ao rural, tornando-se, desse jeito, mais complexa a discussão que distingue o rural do urbano.

A relação entre estes espaços é cada vez mais próxima, a população urbana idealiza o rural como local de lazer e descanso. O rural por sua vez, tem elementos característicos das cidades. Entretanto, o contrário do que parecia, a “urbanização” do campo não trouxe o fim das comunidades rurais (BIAZZO, 2008).

As atividades industriais cada vez mais se infiltram no meio rural, influenciando as características rurais, muda o modo como determinadas populações se comportam, em alguns casos, alterando hábitos e profissões em virtude destas transformações (BLUME, 2004). Graziano da Silva (1999) denominou esse processo de “urbanização do campo”, em que o rural não pode mais ser pensado, apenas, como lugar de produção de matérias-primas e fornecedor de força de trabalho. Neste sentido, o corte rural/urbano não pode ser feito a partir das atividades desenvolvidas por seus habitantes. Segundo Graziano da Silva (1999), em muitas ocasiões a não produção agrícola pelos indivíduos não caracteriza o território como urbano, ainda assim, ele pode ser considerado rural. Características como a presença de luz elétrica, água encanada, coleta de lixo, por exemplo, não são apenas características urbanas.

Não se pode desconsiderar a “influência” que o espaço urbano exerce no âmbito rural, mas segundo Carneiro (2008), é preciso ter cuidado, porque o rural continua com suas especificidades fortalecidas, uma vez que não se pode generalizar a mudança de identidade da população rural. Os efeitos da expansão da racionalidade urbana sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo do trabalho e da produção capitalista intensificados

pelos mecanismos da globalização, não podem ser tratados com negligência. É precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida do campo.

Outro autor a estudar a questão rural e urbana é José Eli da Veiga (2003). Em seus estudos sobre a ruralidade brasileira, tenta se desprender da ideia de que desenvolvimento tecnológico é sinônimo de urbanização. É antiga e ilusória a visão de que o campo é atrasado e que nesse espaço não há desenvolvimento.

Por se tratar de questões controversas, a seguir se aprofundará o debate sobre o rural e o urbano a partir de quatro autores/as distintos: a abordagem da visão territorial de Ricardo Abramovay, autor com vasta produção nesta área; a discussão de José Graziano da Silva sobre o “novo rural brasileiro”, devido ao crescimento das atividades não agrícolas, que se dá em decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais; a crítica de José Eli da Veiga, sobre definições de rural utilizadas pelos órgãos governamentais no Brasil; as ponderações de Maria José Carneiro sobre a ruptura da identificação entre o rural e o agrícola, propondo que é preciso pensar o rural para além desta dicotomia.

### **1.1 Características das regiões rurais em Ricardo Abramovay**

Para não se cometer os mesmos erros analíticos, em que o rural era sinônimo de atraso e o urbano, lugar de desenvolvimento, a abordagem da visão territorial do desenvolvimento é necessária neste estudo. Fez-se a opção pela abordagem de Ricardo Abramovay por se tratar de um autor com vasta produção nesta área. Desta forma, a definição de território possibilita avançar sobre o entendimento das características sociais, culturais e econômicas das regiões rurais do país, ao evidenciar como os diferentes sujeitos (públicos e privados) se relacionam num determinado espaço. O processo de desenvolvimento é o resultado da forma específica como são usados os fatores materiais e imateriais disponíveis num território (ABRAMOVAY, 2006).

Para o autor citado, a noção de território contribui para os estudos das regiões rurais sob quatro dimensões: primeiro, é a sua contribuição para abandonar a noção estritamente setorial, que considera a agricultura como único setor e os agricultores como únicos sujeitos; segundo, a ideia de território evita a confusão entre processos de desenvolvimento e crescimento econômico; terceiro, possibilita compreender situações localizadas por meio de estudos

empíricos dos sujeitos e suas organizações; por último, o território demonstra a relação presente entre sistemas ecológicos e sociais.

Com o crescimento das áreas urbanas e, também, a concentração de riqueza nas cidades, as regiões rurais foram ignoradas, mas, ao contrário do que se imagina, o rural tem se valorizado em muitos países desenvolvidos. Conforme o autor, nos EUA e na França, significativa porção da população rural vive no campo, e não necessariamente essa população tem relação com a produção agrícola. Não se discute somente a valorização da agricultura no mundo, e sim a crescente importância do ambiente rural, cada vez mais valorizado e procurado pelas pessoas das cidades, apoiado em suas diversidades biológicas e paisagísticas (ABRAMOVAY, 2003).

Em meio a tantas definições utilizadas em diferentes países, ainda não há uma que contemple a todos. Definir o rural através de sedes administrativas, das atividades desenvolvidas ou tamanho da população deixa a desejar em vários aspectos. De acordo com Abramovay (2003, p. 24), “as cidades não são definidas pela indústria, nem o meio rural pela agricultura”, claro que a região na qual a agricultura desponta, a tendência é que seja uma área rural, mas esse aspecto sozinho não consegue explicar a ruralidade.

Características mais generalizadas que procuram definir o rural são apresentadas por Abramovay (2003, p. 25) como “a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano”. Nas áreas rurais, as populações tendem inevitavelmente a ter um maior contato com a natureza, não necessariamente ligado ao agrícola, mas às diversas atividades que, cada vez mais, são desenvolvidas e têm relação com a natureza, sejam elas turísticas ou de aproveitamento dos recursos naturais.

Um aspecto importante e curioso pode ser visto nos habitantes rurais, nestes espaços, as pessoas se conhecem e mantêm relação de companheirismo e vizinhança, formam grupos nas comunidades e interagem mais intensamente, diferentes da cidade, em que se acentua o individualismo e a competitividade. Por isso, algumas pessoas procuram as regiões menos povoadas para fugir da solidão e do individualismo da cidade e buscam o aconchego familiar e a convivência comunitária das áreas mais esvaziadas (ABRAMOVAY, 2003).

O desenvolvimento rural e a valorização das áreas menos povoadas ainda são pouco discutidos. É imprescindível que a sociedade desprenda a noção de desenvolvimento rural a determinado setor e assumam outras ideias sobre o ambiente rural.

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (agrícola), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. [...] O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios. (ABRAMOVAY, 2003, p.98).

Neste sentido, a visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Desta forma se justifica o estudo com base no autor para além do enfoque rural como sinônimo de produção agrícola.

## 1.2 O “novo rural brasileiro” de José Graziano da Silva

O crescimento das atividades não agrícolas, para Graziano da Silva (2001), se dá em decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, principalmente as mais próximas das cidades. Destacam-se também as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação de atividade agrícola a outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida e/ou como condição de permanência no campo.

O pressuposto do autor é de que, cada vez mais, o urbano e o rural ficam parecidos. Desta forma, Graziano da Silva (1999) defende que o rural adquire características urbanas e, assim, diminui a distância entre ambos. O rural acaba sendo uma extensão do urbano na constituição conceitual do “novo rural brasileiro”. Este é formado por características específicas como: a presença de uma agropecuária moderna e de grandes extensões de terra, conhecida também como o *agribusiness* (agronegócio) brasileiro; a existência de atividades de subsistência com pequenas propriedades, que utilizam ferramentas rústicas e pouca tecnologia; trabalhadores que foram excluídos do processo de modernização da agricultura; atividades não agrícolas de lazer para os turistas e de moradia; e novas atividades agropecuárias que estão ganhando importância como atividade econômica.

Para explicar a expansão das atividades não agrícolas no meio rural, Graziano da Silva (1999, p. 29) afirma que “[...] as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para manter as pessoas residentes no meio rural em condições dignas de vida”. O motivo pelo qual as pessoas procuram diversificar suas atividades fora da atividade agropecuária estaria na massa de trabalhadores marginalizados pela modernização da agricultura, com rendimentos insuficientes para viver dignamente. Desta maneira, procuram outras atividades para complementar e diversificar a renda. Pode-se

afirmar que o rural brasileiro não pode mais ser tomado como o conjunto de atividades agropecuárias. O rural ganhou ‘novas funções’ e ‘novos’ formas de ocupações.

Estes fatores apontados pelo autor seriam os responsáveis pela evasão da população rural do setor agrícola. Ou seja, a queda dos preços dos produtos agrícolas, afeta diretamente a renda das famílias do campo, o que tem sido demonstrado não só pelos levantamentos estatísticos, como também, pela própria população afetada. Por isso, muito agricultores familiares desejam ver seus filhos longe da atividade agrícola, sob a justificativa de que “não dá mais para viver da agricultura”, tem sido uma das evidências mais decisivas desse processo. Tais constatações reforçam o questionamento da identificação do rural ao agrícola, o que seria uma visão estreita do rural para o autor.

### **1.3 A abordagem territorial de José Eli da Veiga**

As atuais definições sobre o rural utilizadas pelos órgãos governamentais, no Brasil, têm características específicas quando comparadas com outros países. No país, considera-se urbano toda sede de município, não importando o tamanho e a quantidade de habitantes, de modo que pequenas sedes municipais, vilas e distritos são consideradas urbanas. Com base neste critério, mais de 80% da população brasileira é considerada urbana (VEIGA, 2003). Isso pode ser comprovado no censo demográfico de 2010, em que 84,36% da população é considerada urbana e 15,64% rural (IBGE, 2010).

Dentre os principais críticos desta metodologia, José Eli da Veiga se destaca com seus questionamentos sobre as legislações e classificações, ainda, utilizadas no Brasil. Para Veiga (2003, p.55), as classificações vigentes são atrasadas e equivocadas, colocando “o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”. Do ponto de vista de Veiga (2003), as definições de espaço urbano, espaço rural e espaço intermediário, o meio rural não pode, de maneira alguma, ficar isento de políticas governamentais especificamente voltadas ao seu desenvolvimento, como tem acontecido.

Não é admissível que se considere mais de 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem entre 4.500 e 5.000 cidades imaginárias. (VEIGA, 2003, p.36).

Focando inicialmente sua crítica ao Decreto-lei nº 311 de 1938, Veiga (2003) considera inaceitável classificar as sedes de pequenos e médios municípios como cidades. Em sua classificação mais criteriosa, o país pode ser dividido em: aglomerações metropolitanas,



aglomerações não metropolitanas, centros urbanos e mais alguns municípios de médio porte com certas características poderiam ser chamados de cidades. Já o restante dos pequenos e médios municípios, que passa de quatro mil, conforme o autor, não deve, de forma alguma, levar o título de cidade.

Qualquer pessoa que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá confirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Claro, haverá certamente atividades comerciais, de transporte e outros serviços. E mesmo indústrias classificadas como empresas urbanas. Só que quase tudo diretamente vinculado a lides agrícolas, pecuárias, florestais, pesqueiras, mineiras, ou recreações dependentes da natureza. (VEIGA, 2003, p.56).

Outro fator que tem contribuído para o processo de urbanização é que os pequenos municípios, principalmente com problemas financeiros, as questões tributárias prevalecem no momento de definir as áreas urbanas. Não se trata de estabelecer a culpa pela preferência tributária aos legisladores e nem mesmo à sociedade, mas ao sistema tributário que deixa espaço em que se criam equívocos que desmesuram os territórios municipais.

A Constituição Federal de 1988 conferiu maior autonomia às prefeituras para gestarem e planejarem o território de seus municípios. Em termos de captação de recursos, a administração municipal, frente às novas exigências orçamentárias, viu-se obrigada a ampliar seu leque de negociações. Uma das saídas foi se articular na escala nacional e até mesmo na internacional para atrair investimentos externos para os cofres municipais. Mas, nem todas as administrações detêm este poder de articulação externa. Assim, frente às crescentes dificuldades financeiras, muitas administrações municipais optam por concentrarem suas rendas sobre suas fontes locais. Uma destas fontes locais é a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), imposto municipal, cujas taxas incidem sobre a propriedade imobiliária urbana. [...] Ao se alterar o perímetro urbano dos municípios, as antigas áreas de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), imposto federal arrecadado para os cofres da união, se convertem automaticamente em Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo que passa a ser recolhido pela prefeitura municipal. (BLUME, 2004, p. 79).

Na busca de realizar comparações com normas internacionais, Veiga (2003) encontra pouquíssimos países com classificação semelhante à brasileira (El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana). Caso se utilizasse o parâmetro demográfico da OCDE (Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico), que estipula um mínimo de 150 hab./km<sup>2</sup> para que uma localidade seja considerada urbana, no ano 2000, dos 5.507 municípios brasileiros, apenas 411 poderiam ser classificados como urbanos. Neste sentido, não se pode aplicar essa mesma densidade para o caso brasileiro que possui extensão enorme do seu território com vazios humanos. Em 2010, cerca de 70% dos municípios tinham menos de 20 mil habitantes, segundo dados do Censo Demográfico.

De acordo com Veiga (2003), além dos municípios que poderiam ser tranquilamente considerados urbanos, tem-se uma divisão para o restante dos municípios brasileiros. A parcela dos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes ou com densidade



demográfica superior a 80 hab./km<sup>2</sup> são os chamados municípios “rurbanos”, estes estão mais próximos de serem vistos como cidades, e ainda se tem a parcela restante dos municípios que seriam essencialmente rurais segundo esses critérios demográficos.

Atualmente, a população é conhecida como rural ou urbana através das pesquisas demográficas realizadas pelo IBGE. O Instituto, por sua vez, segue a legislação municipal vigente no momento da coleta de dados, e assim as Câmeras de vereadores são as responsáveis pela delimitação geográfica administrativa dos municípios. Lembrando que entre as áreas urbanas estão inclusas as AUI (Área Urbana Isolada), que são pequenas aglomerações (vilas) no meio do território rural, no qual o legislativo municipal entende ser de características urbanas. E mais uma vez a definição pode ficar à mercê de alguns legisladores municipais.

Com o objetivo de contribuir com análise da realidade brasileira, Veiga (2001, p.19) classifica os municípios “rurbanos” e rurais em três categorias:

- A dos esvaentes, que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas);
- A dos letárgicos, que também tiveram perdas relativas, mas assim mesmo cresceram em termos absolutos em compassos não muito distantes aos de seus respectivos estados;
- E a dos atraentes, que tiveram crescimentos superiores aos seus estados.

Com base nas informações do censo demográfico de 1991 e de 2000, Veiga (2001) classificou 567 municípios brasileiros como sendo “rurbanos”. Destes, 166 estão na categoria de esvaentes, 152 são letárgicos e 249 atraentes. Na evolução da população de 1991 até 2000, os “rurbanos” cresceram 15%, os cresceram 27,2%, os letárgicos 11,7% e os esvaentes cresceram apenas 3,4%.

Caso fosse utilizar as mesmas classificações para os 4.485 municípios rurais no país, um grande crescimento de 31,3% para os 1.109 municípios atraentes, crescimento de 9,7% para os 1.351 municípios letárgicos e uma diminuição de 5,3% na população dos 2.025 municípios esvaentes e rurais poderiam ser observadas. No total dos 4.485 municípios rurais, cresceram somente 8,1% no período de 1991 a 2000, sendo que, no mesmo período, o país cresceu 15,5%. (VEIGA, 2001).

Com as definições de Veiga (2001) e os dados demográficos, conclui-se que há considerável dificuldade nos municípios rurais em aumentar sua população, sendo que boa parcela destes mal conseguem manter sua atual população. No entanto, se ocorre à urbanização do campo, esta acontece nos municípios “rurbanos” ou até mesmo nos atraentes, mas precisa-se trabalhar a ideia de desenvolvimento rural em todo o território e em todos os municípios, sejam eles rurais ou “rurbanos”, atraentes ou esvaentes.

Foi observado nos países desenvolvidos que a urbanização do campo não é a única forma de desenvolvimento para o meio rural. O rural tem suas características próprias que devem ser respeitadas pelos agentes tomadores de decisão. O desenvolvimento rural não é uma miragem avistada por alguns, mas uma realidade próxima. Necessita de políticas e esforços simultâneos dos gestores e estudiosos para chegar à realidade do desenvolvimento rural, fortalecendo suas especificidades.

A visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento do campo só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. (VEIGA, 2003, p.86).

Com o desenvolvimento tecnológico no campo, a tendência é que no futuro o Brasil tenha cada vez menos população economicamente ativa que trabalhe na agropecuária. E, ainda, o que ocorre com muitas políticas públicas faz aumentar o problema, com a preferência por grandes fazendas patronais e a conseqüente expulsão de agricultores familiares para os centros urbanos e aglomerações metropolitanas (VEIGA, 2003).

#### **1.4 A ruptura da identificação entre o rural e o agrícola de Maria José Carneiro**

Inicialmente cabe ressaltar que aceitar os limites das categorias “rural” e “urbano” não significa abolir o seu uso ou reafirmá-lo. Segundo Carneiro (2008), o rural não se restringe ao agrícola e nem se trata de mera criação imaginária. Não é apropriado, muito menos, buscar uma essencialidade para essas categorias, de maneira a restituir uma função classificatória. Tais observações levam à necessidade de reconhecer o estatuto teórico das referidas categorias.

Caberia, na concepção da autora supracitada, partir para a análise das ruralidades contemporâneas com a atenção voltada para essa distinção básica, para não incorrer o risco de confundir representações sociais com categorias analíticas. Nesses termos, a autora considera que a noção de rural corresponde a construções simbólicas, pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos. Através dessa classificação, é possível compreender a sociedade e construir uma representação do mundo social em torno do tempo e do espaço. Em outros termos, defende a autora que a noção de localidade não define a natureza do que seja rural ou urbano de um grupo ou de suas práticas.

A noção de localidade, conforme Carneiro (2008), não se traduz pelo espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Tal classificação seria útil porque supõe um

espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (sociabilidade, solidariedade, disputas e conflitos) que dão sentido aos seus habitantes, ou seja, uma referência identitária. Nesse caso, estar-se-ia diante de um processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea.

A partir dessas considerações, a autora propõe como procedimento metodológico para compreender a complexidade do processo de decomposição e recomposição de universos sociais e culturais: em primeiro lugar, identificar a lógica da conformação de tais universos valendo-se da observação (e da análise) dos interesses em jogo e das relações de força entre os sujeitos. Nesses termos, a sugestão da autora é a de que a lógica de existência (ou de permanência) de um grupo social tem uma identidade própria, ancorada em um sentimento de pertencimento a uma localidade dada.

Nessa abordagem, as fronteiras entre os territórios são móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. Isso significa dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território. É o caso da manifestação de práticas culturais entendidas como rurais em espaços definidos como urbanos e vice-versa (CARNEIRO, 2008).

Por fim, Carneiro (2008, p. 35) conclui que ruralidade é “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábito e técnica.” Esse processo implica um movimento em duas direções: de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo, assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. Desse encontro podem surgir expressões culturais singulares que representariam a síntese ou combinação de universos distintos, mas que sustentam noções de espaço e tempo sociais diferentes um do outro.

## **2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO DA AMESC**

A região da AMESC está situada entre o oceano atlântico e a Serra Geral no Extremo Sul do Estado de Santa Catarina, no lado sul e oeste faz divisa com o estado do Rio Grande do Sul, a leste com o Oceano Atlântico e ao norte com a região da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera). A Região é composta por 15 municípios (Araranguá,

Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo) e tem uma população de 180.808 habitantes (IBGE, 2010).

Entre as características marcantes das áreas rurais é a baixa densidade demográfica. A tendência é de que, quanto menos densamente povoado for o município, mais características rurais apresentará e menor será a população urbana. A tabela 1 apresenta a área e densidade demográfica dos municípios da AMESC.

Tabela 1. Área e densidade demográfica dos municípios da AMESC.

Município	Ano = 2010	
	Variável	
	Área total das unidades territoriais (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica da unidade territorial (hab/km <sup>2</sup> )
Araranguá	303,9	201,74
Balneário Arroio do Silva	94,6	101,33
Balneário Gaivota	147,5	55,83
Ermo	63,9	32,09
Jacinto Machado	428,8	24,74
Maracajá	63,4	101,01
Meleiro	186,6	37,51
Morro Grande	256,4	11,27
Passo de Torres	95,2	69,61
Praia Grande	278,6	26,09
Santa Rosa do Sul	151,4	53,18
São João do Sul	182,7	38,33
Sombrio	142,8	186,43
Timbé do Sul	333,6	15,91
Turvo	233,7	50,72
<b>AMESC</b>	<b>2.963,1</b>	<b>61,00</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>95.703,50</b>	<b>65,29</b>
<b>Brasil</b>	<b>8.502.728,30</b>	<b>22,43</b>

Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

A AMESC possui uma área de 2.963,1 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica 61 hab/km<sup>2</sup>, pouco inferior à média estadual, que é de 65,29 hab/km<sup>2</sup> e bem superior a média nacional de 22,43. Entre os municípios que compõem a região, 11 possuem uma densidade demográfica inferior a 70 hab/km<sup>2</sup>. Os municípios com menor concentração populacional são os seguintes: Morro Grande, Timbé do Sul, Jacinto Machado e Praia Grande; todos localizados nas encostas da Serra Geral. Já os municípios com maior densidade estão mais próximos do litoral (Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Maracajá e Sombrio). As maiores densidades demográficas se concentram nos municípios mais populosos: Sombrio e Araranguá.

Contudo, se utilizados os critérios da OCDE que estipula um mínimo de 150 hab/km<sup>2</sup> para considerar uma região ou município urbano e/ou os critérios de José Eli da Veiga, de 80

hab/km, a AMESC se caracterizaria como uma região rural. Apesar do critério ser bastante empregado, considera-se incompleto quando utilizado isoladamente para caracterizar uma região. Por isso, outras informações foram utilizadas para realizar a análise da Região da AMESC, conforme se verifica nos itens a seguir.

## **2.1 Aspectos populacionais da região da AMESC**

A partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE, constata-se certa semelhança no percentual de urbanização de Santa Catarina e do Brasil, mas o mesmo não acontece quando se observa o percentual da região da AMESC. Conforme os dados da Tabela 2, em contraste com o índice de urbanização de 83,99% do estado e 84,36% do país, a região da AMESC apresenta um índice de 69,45%, indicando por este aspecto, conforme os critérios oficiais, uma região mais ruralizada em comparação com o Estado. Dos 15 municípios, 13 têm uma população inferior a 20 mil habitantes. O município mais populoso é Araranguá, com 61.310 habitantes e o menor é Ermo, com 2.050 habitantes. O município mais urbanizado, segundo o IBGE (2010), é Balneário Arroio do Silva, com 98%, e o mais rural é São João do Sul, com 77,6%. Se considerar que esta é uma região composta de pequenos municípios e que oficialmente toda sede é considerada urbana, observa-se uma urbanização “mascarada” pelos critérios em vigor no país.

Ao analisar os dados municipais do Censo Demográfico de 2010, seis, dos quinze municípios, apresentam a população rural maior que a população urbana, são eles: Ermo, Jacinto Machado, Morro Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Timbé do Sul. Comparando os municípios mais urbanizados e os com mais pessoas residindo em áreas rurais, quanto à posição geográfica de tais municípios, observa-se que os municípios mais urbanizados estão localizados no litoral e os menos próximos a Serra Geral.

Tabela 2 - População segundo a situação do domicílio nos municípios da AMESC

<b>Município</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana %</b>	<b>Rural %</b>
Araranguá	61.310	50.526	10.784	82,41	17,59
Balneário Arroio Silva	9.586	9.391	195	97,97	2,03
Balneário Gaivota	8.234	6.363	1.871	77,28	22,72
Ermo	2.050	619	1.431	30,20	69,80
Jacinto Machado	10.609	5.133	5.476	48,38	51,62
Maracajá	6.404	4.256	2.148	66,46	33,54
Meleiro	7.000	3.649	3.351	52,13	47,87
Morro Grande	2.890	756	2.134	26,16	73,84
Passo de Torres	6.627	5.873	754	88,62	11,38
Praia Grande	7.267	4.297	2.970	59,13	40,87
Santa Rosa do Sul	8.054	3.746	4.308	46,51	53,49
São João do Sul	7.002	1.572	5.430	22,45	77,55
Sombrio	26.613	19.638	6.975	73,79	26,21
Timbé do Sul	5.308	1.845	3.463	34,76	65,24
Turvo	11.854	7.915	3.939	66,77	33,23
<b>AMESC</b>	<b>180.808</b>	<b>125.579</b>	<b>55.229</b>	<b>69,45</b>	<b>30,55</b>
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>6.248.436</b>	<b>5.247.913</b>	<b>1.000.523</b>	<b>83,99</b>	<b>16,00</b>
<b>BRASIL</b>	<b>190.755.799</b>	<b>160.925.792</b>	<b>29.830.007</b>	<b>84,36</b>	<b>15,64</b>

Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

Os dados da tabela 3 mostram a evolução populacional dos municípios nos últimos 40 anos. Nota-se que no período de 1970 a 2010, a população brasileira e catarinense mais do que dobrou, a brasileira teve um aumento de quase 105%, a Catarinense cresceu 115%. No entanto, quando se analisa o aumento da população da AMESC, esses números não acompanham a média em termos de crescimento e representatividade: em 1970, a população da AMESC representava 3,7% da estadual e, em 2010, baixou para 2,89%. Ou seja, a população da região tem crescido, mas não na mesma proporção que a média estadual e nacional.

Tabela 3. Evolução da população de 1970 a 2010 nos municípios da AMESC.

Brasil, Unidade da Federação e Municípios	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Araranguá	26.211	33.679	48.415	54.706	61.310
Balneário Arroio do Silva	-	-	-	6.043	9.586
Balneário Gaivota	-	-	-	5.450	8.234
Ermo	-	-	-	2.057	2.050
Jacinto Machado	13.689	12.334	11.514	10.923	10.609
Maracajá	4.079	4.165	4.642	5.541	6.404
Meleiro	11.306	10.697	9.755	7.080	7.000
Morro Grande	-	-	-	2.917	2.890
Passo de Torres	-	-	-	4.400	6.627
Praia Grande	8.140	7.608	7.579	7.286	7.267
Santa Rosa do Sul	-	-	7.227	7.810	8.054
São João do Sul	8.577	7.408	8.985	6.784	7.002
Sombrio	18.049	17.293	22.253	22.962	26.613
Timbé do Sul	6.300	5.878	5.705	5.323	5.308
Turvo	11.159	12.205	12.494	10.887	11.854
<b>AMESC</b>	<b>107.510</b>	<b>111.267</b>	<b>138.569</b>	<b>160.169</b>	<b>180.808</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>2.901.660</b>	<b>3.628.292</b>	<b>4.541.994</b>	<b>5.356.360</b>	<b>6.248.436</b>
<b>Brasil</b>	<b>93.134.846</b>	<b>119.011.052</b>	<b>146.825.475</b>	<b>169.799.170</b>	<b>190.755.799</b>

Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

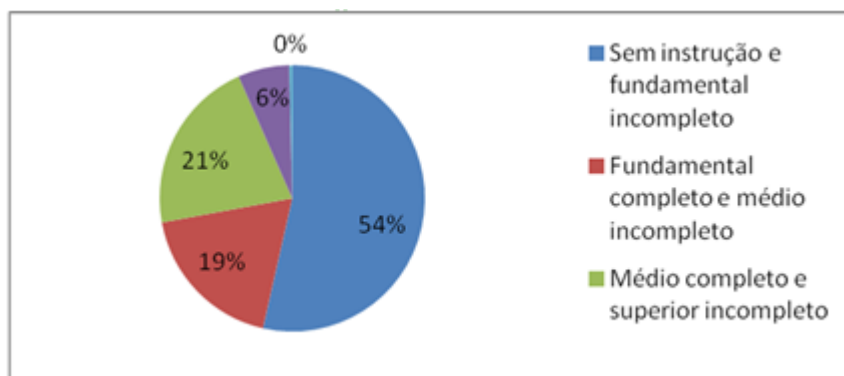
Com base nos critérios de classificação dos municípios brasileiros elaborados por Veiga (2001), a AMESC apresenta a seguinte classificação.. Municípios atraentes: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota e Santa Rosa do Sul e Sombrio. Municípios letárgicos: São João do Sul, Passo de Torres, Turvo, Ermo e Maracajá. Municípios esvaentes: Praia Grande, Timbé do Sul, Meleiro, Morro Grande e Jacinto Machado. Novamente, ressalta-se a posição geográfica como uma variável importante, considerando que os municípios mais próximos do litoral e da BR 101 são os mais populosos e os mais afastados (próximos a Serra geral) menos habitados.

## 2.2 Características sociais dos municípios da AMESC

Em relação à escolaridade, percebe-se com base no Gráfico 1, que 54% população não possui o ensino Fundamental completo. Este número é superior se comparado à média estadual que é de 45%. Sobre a população com o ensino Superior completo, no estado o índice é de 10% enquanto na AMESC é 6%.



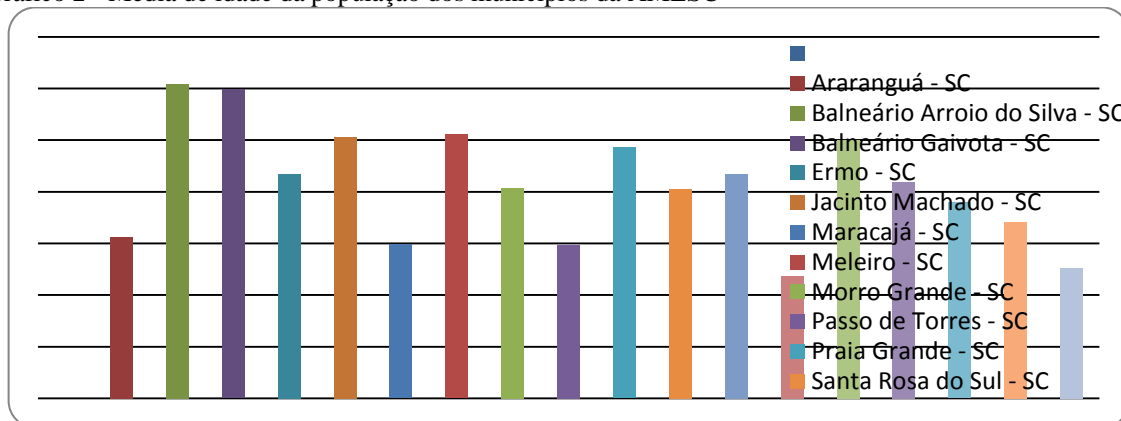
Gráfico 1 - Escolaridade - AMESC



Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

Quanto à média de idade da população da AMESC, somente Sombrio está abaixo da média nacional e estadual. Nos demais, foram verificados dois com média acima dos demais: Balneário Gaivota e Balneário Arroio do Silva, ambos com a população de idade média de 35 anos. Essa característica etária dos referidos municípios pode ser explicada pela posição geográfica (próximos do litoral e da BR 101) e porque são municípios “atraentes” de demanda de aposentados.

Gráfico 2 - Média de idade da população dos municípios da AMESC



Fonte: IBGE – 2010 - Adaptado.

A posição geográfica continua sendo fator de diferenciação entre os municípios, ou seja, os que possuem maior média de idade são Jacinto Machado, Meleiro, Praia Grande e Timbé do Sul. Todos os municípios citados estão localizados próximos a Serra Geral e apresentam uma média de 34 anos de idade. Fazendo um paralelo entre as médias de idade, têm-se as maiores idades nos municípios mais distantes do litoral e com maior parte da população rural, são os municípios esvaentes e letárgicos, com exceção de Balneário Gaivota e Balneário Arroio do Silva. A partir destes dados, verificam-se semelhanças em relação às informações

analisadas de que os municípios rurais são os mais distantes do litoral e, também, possuem a população mais envelhecida em comparação aos demais municípios.

### 2.2.1 Características do setor rural da AMESC

A Região da AMESC se caracteriza por ter sua economia baseada na agropecuária, são compostos por pequenas propriedades rurais e as famílias utilizam a força de trabalho familiar. As tabelas 4 e 5 mostram dados relacionados às características dos estabelecimentos agropecuários da região.

Tabela 4: Estabelecimentos agropecuários considerados de agricultura familiar e de não-familiar.

Municípios, região, estado, país	Número de estabelecimentos			Agricultura familiar %
	Agricultura familiar	não familiar	total	
Araranguá	954	112	1.066	89,49
Balneário Arroio do Silva	23	8	31	74,19
Balneário Gaivota	274	36	310	88,39
Ermo	180	24	204	88,24
Jacinto Machado	1.069	130	1199	89,16
Maracajá	238	9	247	96,36
Meleiro	760	88	848	89,62
Morro Grande	374	32	406	92,12
Passo de torres	90	7	97	92,78
Praia Grande	426	55	481	88,57
Santa Rosa do Sul	838	51	889	94,26
São João do Sul	1.178	84	1262	93,34
Sombrio	591	54	645	91,63
Timbé do Sul	504	39	543	92,82
Turvo	609	71	680	89,56
<b>AMESC</b>	<b>8.108</b>	<b>800</b>	<b>8.908</b>	<b>91,02</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>168.544</b>	<b>25.119</b>	<b>193.663</b>	<b>87,03</b>
<b>Brasil</b>	<b>4.367.902</b>	<b>807.587</b>	<b>5.175.489</b>	<b>84,40</b>

Fonte: IBGE, 2006. Adaptado.

A predominância da pequena propriedade é a característica principal na região, conforme se apresenta na tabela 4, em que os números estão acima da média do estado e as nacionais. Sendo que a média nacional é de 84,40%, Santa Catarina, de 87,03% e na região é de 91,02% dos estabelecimentos.

Tabela 5. Pessoas que dirigiam o estabelecimento agropecuário, segundo grupos de área total.

Unidade territorial	Grupos de área total				
	até 10 hectares	de 10 á 20 hectares	de 20 á 50 hectares	mais de 50 hectares	até 50 hectares %
Araranguá	722	194	53	42	95,85
Balneário Arroio do Silva	14	3	3	5	80,00
Balneário Gaivota	237	49	13	10	96,76
Ermo	120	34	35	14	93,10
Jacinto Machado	402	334	348	109	90,86
Maracajá	132	46	38	13	94,32
Meleiro	410	181	188	63	92,52
Morro Grande	120	101	126	40	89,66
Passo de torres	61	18	10	8	91,75
Praia Grande	218	112	108	41	91,44
Santa Rosa do Sul	624	159	86	17	98,08
São João do Sul	896	208	109	23	98,14
Sombrio	407	143	52	23	96,32
Timbé do Sul	185	179	139	40	92,63
Turvo	243	153	202	73	89,12
<b>AMESC</b>	<b>4791</b>	<b>2308</b>	<b>1914</b>	<b>521</b>	<b>94,54</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>69390</b>	<b>56411</b>	<b>45310</b>	<b>18430</b>	<b>90,28</b>
<b>Brasil</b>	<b>2477071</b>	<b>736792</b>	<b>843911</b>	<b>862691</b>	<b>82,47</b>

Fonte: IBGE, 2006. Adaptado.

Os estabelecimentos se caracterizam como de pequena propriedade, de acordo com a tabela 5, ficam acima da média estadual e nacional. A proporção de propriedades com menos de 50 hectares de terra é de 82,47% para o país, 90,28% para Santa Catarina e 94,54% na região da AMESC, reforçando a tendência apresentada na tabela 4, cuja característica da agricultura na região é a familiar, com maioria das propriedades com menos de 10 hectares.

### 2.3 Características econômicas da AMESC

Quando se estuda Valor Adicionado (VA) de uma região, objetiva-se verificar o nível de crescimento econômico. O valor econômico adicionado ou simplesmente VA, ou ainda, valor agregado, é uma noção que permite medir o valor criado por um agente econômico. Na tabela 6, apresenta-se o VA da indústria e comércio e o VA da agropecuária da AMESC.

No comparativo entre o VA da indústria e comércio com o VA da agropecuária, a região da AMESC apresenta um VA mais representativo para o primeiro, quando comparado com o segundo (respectivamente 65,30% e 34,70%). Em números absolutos, destaca-se com maior VA na indústria e comércio, o município de Araranguá com R\$ 396 milhões representando 37,8% de todo o VA da indústria e comércio da região, seguido por Sombrio e Turvo. Já o município com menor VA na indústria e comércio é Ermo com mais de R\$ 8

milhões, e em seguida aparecem também com pequeno VA na indústria e comércio os municípios de Timbé do Sul, Balneário Gaivota e São João do Sul.

Tabela 6. Comparativo do VA da indústria e comércio com o VA da agropecuária na AMESC - 2011.

<b>Unidade territorial</b>	<b>VA Ind./comércio R\$</b>	<b>%</b>	<b>VA Agropecuária R\$</b>	<b>%</b>
Araranguá	396.283.313,39	79,17	104.258.179,45	20,83
Balneário Arroio do Silva	21.358.651,74	95,78	940.931,43	4,22
Balneário Gaivota	13.676.019,92	67,43	6.605.507,23	32,57
Ermo	8.867.178,06	22,37	30.776.094,59	77,63
Jacinto Machado	55.325.436,06	55,07	45.134.411,81	44,93
Maracajá	58.735.774,43	77,46	17.096.224,25	22,54
Meleiro	53.149.528,50	44,71	65.726.921,78	55,29
Morro Grande	36.583.443,39	55,71	29.086.335,45	44,29
Passo de Torres	22.093.311,81	79,80	5.593.906,16	20,20
Praia Grande	32.083.893,07	65,12	17.182.083,37	34,88
Santa Rosa do Sul	27.970.660,12	61,18	17.748.130,46	38,82
São João do Sul	17.569.737,36	32,50	36.488.892,02	67,50
Sombrio	152.967.139,85	82,54	32.359.536,80	17,46
Timbé do Sul	12.868.691,67	21,83	46.087.571,61	78,17
Turvo	138.683.126,50	57,63	101.961.943,70	42,37
<b>AMESC</b>	<b>1.048.215.905,87</b>	<b>65,30</b>	<b>557.046.670,11</b>	<b>34,70</b>

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria

Conforme os números apresentados na tabela 6, a posição geográfica é determinante, pois os maiores VAs agropecuários foram identificados nos municípios com grande extensão de territorial e com características geográficas semelhantes (próximos a Serra Geral), já os menores valores foram os municípios do litoral.

Quatro são os municípios em que o VA agropecuário é maior que o da indústria e comércio, são eles, Timbé do Sul com 78,17%, Ermo com 77,63%, São João do Sul com 67,50% e Meleiro com 55,29%. Ainda merecem destaque Turvo, Morro Grande e Jacinto Machado que apesar de não possuírem um VA agropecuário maior que o da indústria e comércio, têm grandes montantes de VA na agropecuária.

Tabela 7: Variação percentual em relação ao ano anterior do valor adicionado na AMESC.

Unidade territorial	Variação % VA 2008/2009	Variação % VA 2009/2010	Variação % VA 2010/2011
Araranguá	9,18	19,49	6,99
Balneário Arroio do Silva	25,29	6,16	10,11
Balneário Gaivota	22,02	3,81	8,13
Ermo	7,25	15,58	-2,07
Jacinto Machado	20,34	-3,00	-7,72
Maracajá	21,07	-6,22	27,49
Meleiro	34,42	2,50	0,91
Morro Grande	49,32	12,81	7,54
Passo de Torres	-13,97	-6,95	29,51
Praia Grande	17,52	10,52	17,28
Santa Rosa do Sul	8,83	41,24	-11,85
São João do Sul	29,32	23,13	-13,97
Sombrio	8,65	31,31	5,88
Timbé do Sul	33,41	10,83	4,71
Turvo	43,09	-3,05	5,64
<b>AMESC</b>	<b>20,09</b>	<b>11,22</b>	<b>4,80</b>

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

Na tabela 7, apresenta-se a variação percentual do VA dos municípios e da AMESC nos últimos três anos, nos quais se observa um crescimento irregular no período estudado. A maioria apresentara grandes discrepâncias, intercalando crescimento e depressão. Entre os que mostram crescimento e queda, citam-se os seguintes: Jacinto Machado, Meleiro, Morro Grande e São João do Sul. Entretanto, quando se analisa a região como um todo, evidencia-se grande crescimento, de 20,09% em 2009, e taxas menores em 2010, 11,22% e em 2011, 4,80%.

Para verificar em que setores da economia ocorreram as maiores variações no VA, a tabela 8 traz os dados referentes ao ano de 2011, divididos em VA da indústria e comércio e o VA da agropecuária. No comparativo da indústria e comércio com o setor agropecuário, verifica-se queda de 15,40% na agropecuária. No mesmo período, a indústria e o comércio tiveram um crescimento de 20,03%. A tendência observada no setor se repete em todos os municípios da região. Enquanto há crescimento na indústria e comércio, o mesmo não ocorre com a agropecuária, que teve grande queda. Esta queda foi influenciada pela diminuição na agropecuária predominante na região, como no caso da fumicultura.

Tabela 8: Variação percentual do VA da indústria/comércio e da agropecuária de 2011 em comparação com 2010 na AMESC.

Unidade territorial	Variação % do VA Ind. e Com.	Variação % do VA agropecuário
Araranguá	16,36	-18,08
Balneário Arroio do Silva	12,7	-27,64
Balneário Gaivotas	26,38	-16,77
Ermo	6,52	-4,30
Jacinto Machado	1,76	-17,18
Maracajá	50,87	-16,81
Meleiro	27,12	-13,52
Morro Grande	29,88	-11,59
Passo de Torres	52,45	-18,76
Praia Grande	44,22	-13,06
Santa Rosa do Sul	36,96	-43,56
São João do Sul	29,50	-25,94
Sombrio	17,90	-28,55
Timbé do Sul	70,80	-5,50
Turvo	12,42	-2,38
<b>AMESC</b>	<b>20,03</b>	<b>-15,40</b>

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

Como visto anteriormente, o setor agropecuário apresentou queda nos últimos anos. Destacam-se, na tabela 9, os principais produtos agropecuários da região.

Tabela 9: Produção dos principais produtos agropecuários da AMESC em 2011, e participação de cada um na produção total (valor das notas do produtor).

Produto	Produção- 2011 (R\$)	Produto/total (%)
Arroz	120.685.184,79	32,32
Banana	4.664.059,74	1,25
Bovinos	3.908.574,04	1,05
Frangos	128.029.306,05	34,28
Fumo	97.924.639,15	26,22
Madeira	11.434.887,08	3,06
Peixes	1.602.054,92	0,43
Suínos	2.205.803,00	0,59
<b>TOTAL AMESC</b>	<b>373.460.622,35</b>	<b>100,00</b>

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

Como se pode verificar na tabela 9, foram selecionados os principais produtos da região que somados representam mais de 92% da produção agropecuária da AMESC. O arroz, com produção de R\$ 120 milhões, representa 32,32% da produção, o frango, com R\$ 128 milhões, tem a maior representatividade, participando com 34,28% da produção e a cultura do fumo, com quase R\$ 98 milhões, representa 26,22% da produção total. Os demais produtos juntos, banana, bovinos e a madeira, representam pouco mais de 4% da produção. Na sequência, apresenta-se a evolução percentual dos últimos anos.

Tabela 10: Evolução percentual em comparação ao ano anterior dos três principais produtos agrícolas, nos últimos quatro anos.

<b>Produto</b>	<b>2008%</b>	<b>2009%</b>	<b>2010%</b>	<b>2011%</b>
Arroz	53,96	1,13	1,49	-36,66
Frango	54,57	13,04	1,11	-13,09
Fumo	7,61	27,06	-33,81	-12,96
<b>TOTAL</b>	<b>36,56</b>	<b>12,29</b>	<b>-10,54</b>	<b>-23,03</b>

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

A tabela 10 apresenta o comportamento dos três principais produtos da região (arroz, fumo e frango), em que se verifica a tendência decrescente, em 2008 teve um crescimento de 36,57%, 2009 baixou para 12,29% e os anos de 2010 e 2011 foram anos de queda acentuada. Esta tendência se repetiu para todos os produtos analisados.

Desta forma, observa-se a grande dependência econômica da região destes três produtos, conseqüentemente, quando há crise nestes setores, acaba impactando toda economia da região. As grandes empresas da região se concentram no setor de transformação, tais como as indústrias: fumageiras, frigoríficos e rizícolas, dependentes destas fontes de matérias primas.

### **2.3.1 situação do emprego e rendimentos dos trabalhadores da região da AMESC**

O percentual de rendimentos dos trabalhadores da região se mostra inferior à média estadual e nacional. Na tabela 11, verifica-se que o percentual de trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos na AMESC soma-se 67,04%, número bem superior ao registrado no estado e no país, com respectivos 59,27% e 65,34%. Tais dados indicam que os/as trabalhadores/as da região ganham menos que a média estadual e nacional. E, ainda, a parcela de trabalhadores/as que ganham acima de 5 salários mínimos é bem menor (5,68%) em comparação ao estado (9,33%) e ao Brasil (9,18%).



Tabela 11. Percentual dos trabalhadores dividido por classes de rendimento nominal.

Unidade territorial	Classes de rendimento nominal			
	Até 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimento
Araranguá	63,72	24,28	7,38	4,62
Balneário Arroio do Silva	67,38	20,99	5,87	5,76
Balneário Gaivota	72,19	18,20	5,33	4,27
Ermo	57,18	15,46	5,32	22,04
Jacinto Machado	63,37	16,23	3,75	16,65
Maracajá	66,52	22,08	4,91	6,49
Meleiro	67,50	17,89	4,93	9,68
Morro Grande	56,17	14,69	7,34	21,80
Passo de Torres	71,66	20,08	4,17	4,08
Praia Grande	72,11	13,91	2,20	11,78
Santa Rosa do Sul	71,11	16,73	2,87	9,30
São João do Sul	74,54	10,35	3,03	12,08
Sombrio	69,69	19,50	5,79	5,02
Timbé do Sul	70,73	13,28	3,09	12,90
Turvo	68,18	20,35	6,58	4,88
<b>AMESC</b>	<b>67,04</b>	<b>19,99</b>	<b>5,68</b>	<b>7,29</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>59,27</b>	<b>26,71</b>	<b>9,33</b>	<b>4,69</b>
<b>Brasil</b>	<b>65,34</b>	<b>18,89</b>	<b>9,18</b>	<b>6,60</b>

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

A ocupação dos/as trabalhadores/as da AMESC está demonstrada na tabela 12, em que se verifica que a maioria depende diretamente da agricultura, pecuária e pesca, diferentemente da média estadual e brasileira. Em nível nacional, o ramo que mais emprega é o comércio, com 16,97%, índice semelhante para Santa Catarina e para a AMESC. Mas o que chama a atenção são os 22,69% de trabalhadores/as rurais da região, enquanto que a mesma atividade, em nível estadual, utiliza 13,48% e no Brasil 14,20%. Estes números confirmam os dados apresentados neste artigo de que a AMESC se caracteriza como uma região rural.

Tabela 12: Porcentagem da população ocupada na atividade principal, segundo o ramo de atividade.

Unidade territorial	Agricultura, pecuária, pesca	Indústria	Construção	Comércio	Administração pública	Educação	Serviços domésticos	Outras atividades
Araranguá	12,97	19,78	8,93	21,21	4,28	4,93	4,25	23,66
Balneário A. Silva	12,80	11,72	15,61	20,64	4,70	4,73	5,15	24,64
Balneário Gaivota	19,94	19,25	10,78	18,37	4,30	4,48	3,45	19,43
Ermo	51,94	14,70	4,65	8,19	9,21	1,60	3,38	6,33
Jacinto Machado	40,93	14,30	3,01	11,15	3,06	4,70	3,72	19,13
Maracajá	16,59	25,75	7,29	14,08	2,58	4,59	4,10	25,02
Meleiro	33,83	17,48	5,25	12,11	4,36	3,94	5,79	17,23
Morro Grande	45,06	19,36	2,64	5,16	3,93	2,58	6,12	15,15
Passo de Torres	19,35	5,95	14,77	17,74	7,65	3,54	7,27	23,72
Praia Grande	32,68	19,41	6,25	13,44	5,25	3,87	4,48	14,62
Santa Rosa do Sul	39,77	11,16	4,56	8,17	2,55	5,48	3,57	24,75
São João do Sul	56,35	8,40	4,38	8,73	2,88	3,58	3,20	12,48
Sombrio	11,97	30,19	8,17	16,25	2,68	4,21	3,63	22,91
Timbé do Sul	42,51	16,12	6,32	7,85	4,10	3,99	5,87	13,23
Turvo	27,19	18,14	7,55	18,78	2,39	4,28	5,23	16,44
<b>AMESC</b>	<b>22,69</b>	<b>19,16</b>	<b>7,96</b>	<b>16,53</b>	<b>3,85</b>	<b>4,45</b>	<b>4,36</b>	<b>21,00</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>13,48</b>	<b>20,95</b>	<b>7,24</b>	<b>16,75</b>	<b>4,28</b>	<b>4,75</b>	<b>4,50</b>	<b>28,05</b>
<b>Brasil</b>	<b>14,20</b>	<b>12,28</b>	<b>7,29</b>	<b>16,97</b>	<b>5,38</b>	<b>5,65</b>	<b>6,91</b>	<b>31,32</b>

Fonte: IBGE, 2010 Elaboração própria.

Com base nos dados analisados neste artigo, corroborando com a visão de Veiga (2003), qualquer um que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá confirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais, como é o caso majoritário da AMESC. Naturalmente, há na Região atividades comerciais, de transporte e serviços, mas mesmo indústrias classificadas como empresas urbanas estão diretamente vinculadas as lidas agrícolas, pecuárias, florestais, pesqueiras, mineiras, ou recreações dependentes da natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, verifica-se que a AMESC apresenta características predominantemente rurais, o que se comprova a partir de indicadores demográficos, sociais, econômicos e outros. Os dados trazem elementos para confirmar tais conclusões, principalmente, os referentes aos aspectos econômicos, pois a economia dos municípios tem forte dependência econômica da agropecuária, mesmo o setor industrial que bastante representativo, está diretamente ligada a este setor.

A evidência da ruralidade pode ser verificada, também através dos aspectos sociais, da baixa densidade demográfica, municípios com pequenas aglomerações populacionais. Pelos autores citados, por mais que os ambientes interajam entre si, os habitantes não perdem suas

peculiaridades rurais, sem considerar que os centros urbanos na AMESC são compostos por pequenas populações. Configura-se, assim, uma região com aspectos rurais, o que não significa dizer que seja essencialmente agrícola. Outra característica que identifica características de ruralidade na AMESC diz respeito ao baixo crescimento demográfico, muitos municípios vêm perdendo seus habitantes nas últimas décadas. O nível de escolaridade da população está abaixo da média apresentada pelo estado e país e a idade é superior à média estadual e a nacional.

Constatou-se grande dependência econômica das culturas do fumo, frango e arroz; estes produtos demonstram grandes instabilidades, intercalando crescimento e quedas. Diante disto, sugere-se para pesquisas futuras e mesmo para as lideranças da região, uma atenção para se pensar na importância do rural e na sua diversificação econômica, com o objetivo de contribuir para a redução de vulnerabilidade e oscilações. Em suma, com base nas informações apresentadas, neste artigo, conclui-se que a região da AMESC apresenta características típicas de uma região rural. Por isso, quando se pensar em estratégias de desenvolvimento para a região deve ser levado em consideração tais características.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.  
\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**, Campinas: UNICAMP, 2006.
- AMESC. Associação do Extremo Sul Catarinense, 2010. Disponível em:  
<<http://www.amesc.com.br/conteudo/?item=1426&fa=284>>. Acesso em: 20 mai. 2012.  
\_\_\_\_\_. **Relatório de movimento econômico**. Araranguá: Mimeo, 2012.
- BIAZZO, P. P. **Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária**. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008. Disponível em:  
<[http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo\\_p\\_p.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2012.
- BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2004, 179 f. dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) UFRGS, Porto Alegre. Disponível em:  
[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta\\_territorio.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta_territorio.pdf) > Acesso em: 20 mai. 2012.
- CARNEIRO, M. J. **“Rural” como categoria de pensamento**. Ruris, Campinas, v.2, n.1, p.9-38, 2008. Disponível em:< [http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria\\_carneiro.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf)>. Acesso em: 11 set.2012.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. O novo rural brasileiro, 2.ed.rev. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999.  
\_\_\_\_\_. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. 15 (43), 2001. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf> > Acesso em: 20 mai. 2012.
- IBGE. Banco de dados agregados-SIDRA, 2010. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br> > Acesso em: 20 mai. 2012.
- IBGE. IBGE cidades, 2010. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 20 mai. 2012.
- IPEA. Banco de dados do IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>  
Acesso em: 20 mai. 2012.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. 2 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.  
\_\_\_\_\_. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**, v.15 n.43. São Paulo, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>  
Acesso em: 20 mai. 2012.